



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO DEZANOVE

Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de Mil Novecentos e Noventa e Sete, pelas vinte e uma horas, verificada a existência de quorum, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- **Um - Apreciação e votação da Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano económico de 1996;**
- **Dois - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a Sessão e depois de conferidas as presenças dos Deputados desta Assembleia, verificou-se a ausência dos Deputados António da Graça Soares, João Gabriel Barbosa Massano, José Quaresma Domingos, Luís José dos Santos Melo e Manuel José Gomes Lucas.

Os Senhores Deputados João Gabriel Barbosa Massano, José Quaresma Domingos, Luís José dos Santos Melo e Manuel José Gomes Lucas haviam dado prévio conhecimento das faltas, pelo que foram consideradas justificadas.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para o público que quisesse intervir, não se tendo verificado neste qualquer intenção.

O Senhor Presidente abriu o período de **Antes da Ordem do Dia** tendo questionado os Senhores Deputados se algum queria intervir neste período, não tendo sido manifestado interesse por parte de ninguém.

O Senhor Presidente da Assembleia deu então a conhecer a correspondência recebida, tendo dado despacho a uma carta do PP para que a Câmara Municipal informe sobre as datas de aprovações do projecto da Unidade de Engarrafamento de Água, pedido feito verbalmente na última sessão da Assembleia Municipal. Leu ainda uma carta, que foi distribuída fotocópia a todos os Senhores Deputados presentes, da Administração Regional de Saúde do Centro. Pôs ainda à disposição dos interessados outra correspondência diversa recebida.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão a acta da sessão anterior que depois de feitas as correcções achadas necessárias foi aprovada por maioria, com dez votos a favor e três abstenções, por ausência.

O Senhor Presidente da Assembleia deu início à ordem de trabalhos apresentando o primeiro ponto:

Um - Apreciação e votação da Conta de Gerência e Relatório de Actividades do ano económico de 1996;

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que fizesse um enquadramento do documento apresentado para melhor poder ser apreciado pela Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara começou por lamentar a falta de comparência de tantos Deputados à sessão na véspera de um dia tão celebre e importante para o Poder Local como o 25 de Abril.

O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que nunca a sua gestão foi partidária pois os problemas também o não são.

Como esta é a última Conta de Gerência que este Executivo apresenta, espera que o próximo Executivo provoque uma auditoria às contas do Município assim que tome posse, pois as inspecções devem ser intensivas e não extensivas como aconteceu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

com as duas a que o Município de Manteigas foi sujeito durante este mandato, que andaram a toque de intervenções pessoais e cartas anónimas. Este Executivo nunca pediu uma auditoria mas espera que o próximo o faça, para que depois não se continue com insinuações várias como as que foram sendo feitas durante este mandato.

O Executivo não é juiz, quem julga são os Tribunais e, até estes declararem culpa de alguém, todos são inocentes.

À Assembleia é pedido que aprovem as Contas, que foram elaboradas segundo as regras legislativas e que mal estaríamos se no limiar do século XX os computadores ainda se enganassem nos cálculos.

O Relatório diz o que se fez e apresenta justificações para aquilo que não se fez. Poderia ter sido feito mais e era desejável que assim fosse mas a Câmara Municipal não vive só, vive em conjunto com poderes paralelos, eleitos ou nomeados e nas relações que tem com essas instituições, nem todas cumpriram os compromissos que assumiram com a Câmara Municipal. Por isso ficaram por executar cerca de 320 mil contos. A parte da comparticipação da Câmara Municipal estava cá e transitou como saldo, agora, não se pode é andar de arma em punho a obrigar os outros a cumprir os compromissos escritos que assumiram com este Município.

Se os documentos estão bem elaborados e falam verdade, não podem ser criticados. Não pensa que esta Assembleia entre em jogadas baixas e ataques pessoais, como alguém já fez, utilizando qualificativos como porco, soez ou outros idênticos.

O sistema em que se funciona não está correcto. Inclui-se uma obra em Plano de Actividades dois e três anos seguidos e depois quando finalmente se chega a altura de por a obra em andamento, vem o Tribunal de Contas dizer que não se pode fazer porque o concurso dessa obra tem irregularidades formais. Isto é impensável e quase parece irreal.

O julgamento político cada um poderá fazer o seu, no entanto, os documentos estão correctos.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu aos Senhores Deputados interessados em intervir para se inscreverem, tendo-o feito os Senhores Deputados Carlos Viegas, Manuel Quaresma Domingos, Novo de Matos e Albino Cardoso.

O Senhor Deputado Carlos Viegas pediu que constasse em acta que não achava correcto que a Conta de Gerência e o Relatório de Actividades fossem votados em conjunto.

Sobre a Conta nada tem a apontar por isso debruçar-se-á sobre o Relatório de Actividades.

Já no dia 4 de Março o Senhor Presidente da Câmara quis brindar os presentes com um discurso pré-eleitoral e chamou à coacção o facto da Lei Eleitoral vigente não permitir uma certa eficácia desejada. No preambulo do Relatório de Actividades tentando assim arranjar um bode expiatório para o não cumprimento de um Plano de Actividades a que se propôs.

Da leitura das actas do Executivo, nada parece haver que indicie forças de bloqueio que não permitiram execução do Plano. No entanto, será certo que o PS não estará também isento de culpas pois a única justificação para a não votação favorável da Conta e Relatório são o não esclarecimento por parte do IGAT se o Senhor Presidente da Câmara teria ou não direito ao vencimento por inteiro. Mas, segundo consta da acta do Executivo de 1996 em que foi aprovada a Conta de Gerência e o Relatório de Actividades de 1995, dado que o motivo de não aprovação daqueles era o mesmo, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dito que foi mostrada uma parte do relatório produzido pelo Inspector sobre a Inspeção Ordinária efectuada e que nele era dito que “não se me afigura que o actual Presidente da Câmara tenha incorrido em acumulação ilegal de funções”. Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quais os moldes em que estava prevista a beneficiação do Centro Cívico, se não seria melhor falar previamente com as Associações do Concelho para se saber a sua opinião, e em que ponto se encontrava o Plano Geral de Urbanização.

Dado que não houve execução de várias obras e havia dinheiro disponível não seria melhor pagar antecipadamente alguns empréstimos para que não houvesse necessidade de pagar os juros.

Dado que a diferença entre as receitas de capital previstas para 1997 e as que foram recebidas em 1996 é bastante grande, gostaria que o Senhor Presidente da Câmara dissesse o que achasse necessário sobre o assunto.

Disse esperar que depois de ter demonstrado o prazo dilatado que é necessário para ultrapassar as burocracias e por uma obra em andamento, esperava mais imaginação do que culpar a oposição pelo que não foi feito.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o programa eleitoral proposto ou já está executado ou está em execução. Quanto ao pagamento dos empréstimos, não tem lógica efectuar o pagamento antecipado pois consegue-se rentabilizar o dinheiro disponível a uma taxa de 4 a 5% sem grandes esforços e não se pagam juros a taxas superiores a 1,5%. Não houve também qualquer força de bloqueio no Executivo, apenas não concorda com o funcionamento dos executivos nos moldes actuais.

No tocante à diferença de receitas entre o ano de 1996 e 1997, é porque, quando as obras não são executadas, a parte de participação deixa de entrar, ou seja, se as obras forem executadas, obrigatoriamente há um aumento das receitas de capital.

Quanto às obras não executadas e previstas, não se pretende culpar a oposição, mas a verdade é que existem actas, ofícios, contratos e acordos firmados com outras entidades para execução de determinadas obras, e estas não cumpriram os seus compromissos para com a Câmara Municipal.

Se as obras estão relativamente atrasadas, não vale a pena estar com lamurias, mas não se pode deixar de afirmar que haverá Praias Fluviais, que haverá Parque de Campismo, que haverá Estrada da Lapa, que haverá Largo da Liberdade, etc.. Os compromissos estão firmados e esperamos que não haja pessoas com força suficiente para impedir que eles não sejam cumpridos.

O Centro Cívico é uma obra que tem defeitos de concepção e após várias tropelias de processo, conseguiu-se que de uma ou outra maneira vá haver financiamento para corrigir esses mesmos erros e efectuar algumas obras de reparação/compra de novos equipamentos.

O PGU está neste momento nas entidades competentes para apreciação, esperando pelos seus pareceres para ser definitivamente concluído.

Após um pequeno intervalo interveio o Senhor Deputado Manuel Quaresma Domingos referindo que se fez muito pouco. O que não se fez o mapa apresentado no Relatório é elucidativo. Não vale a pena referir muito mais a não ser o facto de se abster na votação porque também tem em consideração a humildade do Senhor Presidente da Câmara em reconhecer os erros e a falta de execução.

Gostaria de saber porque é que o que se está a passar na sala é confrangedor, o porquê dos 415 contos de subsídio ao GTAM e qual a razão das diferenças entre os subsídios das Bandas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que se tinha referido ao aspecto da sala porque na véspera de um dia tão importante para o Poder Local como o 25 de Abril havia a falta de tantos Deputados a esta Sessão. Não quis julgar ninguém mas esperava que neste dia mais que noutra a sala estivesse repleta. Naturalmente quem falta apresentará justificações mas a verdade é que não estão presentes.

O subsídio do GTAM é justificado pela organização do desfile carnavalesco e outras realizações naquela altura.

A diferença dos subsídios às Bandas é devido ao facto do volume de despesas que cada uma delas apresentou para a Câmara Municipal financiar.

O Senhor Deputado Novo de Matos disse que como não percebe de economia e finanças não diria nada sobre a Conta de Gerência.

O Relatório de Actividades apesar de ter alguns erros gráficos, nota-se que foi cuidadosamente feito. Achou esquisito que nos subsídios a ASE não tenha sido contemplada no ano de 1996. Também disse que o Senhor Presidente da Câmara pode ser acusado de tudo menos de não tratar bem os seus funcionários pois o subsídio que auferiram em 1996, através do C.C.D., é quase tão grande como o somatório dos subsídios das outras associações de tamanho idêntico.

Concorda com a visão humanista apresentada no Relatório em relação aos trabalhos efectuados, tendo descrito qual o trabalho desenvolvido por cada uma das equipas de trabalhadores do município e apresentado inclusivé o nome dos chefes de equipe.

O Relatório infelizmente confirma que o Plano de Actividades de 1996 era megalómano, tal como havia dito aquando da sua apreciação. O que foi feito está muito aquém do que foi previsto.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que quanto aos trabalhadores do Município, as faltas destes, por doença, férias e outras legalmente consagradas, totalizam mais de 1700 dias o que quer dizer que estão em permanente falta ao serviço 10 a 15 funcionários.

No respeitante aos subsídios a ASE tinha solicitado e já tinha recebido em 1995 o adiantamento do subsídio de 1996, pelo que nada recebeu em 1996. O subsídio do C.C.D. apresenta este valor porque é através dele que é organizada a corrida 12 Km Manteigas - Penhas Douradas e a Câmara Municipal atribui como subsídio um valor idêntico às despesas feitas com a organização da prova.

Infelizmente o Senhor Deputado tinha razão ao chamar megalómano ao Plano de 1996, mas, ao apresentar o Plano, a Câmara Municipal propunha-se fazer as obras tendo em conta a sua capacidade de execução e no que lhe diz estritamente respeito, ele foi executado e todo teria sido executado se as outras entidades envolvidas nos processos não tivessem falhado.

O Senhor Deputado Albino Cardoso referiu que não move o PS qualquer animosidade seja contra quem ou o que for. Não houve qualquer bloqueio às pretensões do Executivo e algumas deliberações quer a nível da Assembleia quer do Executivo foram inclusivé por unanimidade. Por isso, não pode o Senhor Presidente da Câmara culpar a oposição de tudo o que acontece no Concelho.

Percebe-se perfeitamente que burocraticamente seja necessário incluir em Plano algumas obras para poderem ser executadas, mesmo que não seja previsível o seu início. O que não é entendível é que estas sejam incluídas anos a fio nos Planos e nem sequer tenham projectos prontos, como acontece com a Estrada da Lapa, que segundo sabemos agora será a JAE a fazê-la. Mas quando? Desde Outubro de 1993 que aquela Estrada clama intervenção urgente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A oposição tem que deixar de ser o bode expiatório para tudo o que acontece neste Concelho.

Perguntou qual foi o critério para atribuição dos subsídios.

Ao bater a meia noite o Senhor Presidente da Assembleia interveio para dizer que estávamos a começar um dia de festa e que esperava que os ideais do 25 de Abril se mantenham intocáveis e que algo que esteja menos correcto seja objecto de coragem de todos para ser erradicado.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a Estrada da Lapa era para ele e provavelmente para todos os Manteiguenses uma matéria muito grata e que em reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e perante a presença de muitos dos ilustres autarcas desta zona da Serra da Estrela, este se havia comprometido a executar aquela obra pois era a ligação natural entre a EN 232 e a EN 338. A Câmara Municipal no dia seguinte solicitou ao GAT que fizesse presente à JAE o projecto daquela Estrada para poder ser estudado.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Presidente da Câmara que não respondesse mais sobre o genérico do Plano de Actividades, pois parecia serem repetitivas as perguntas.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os subsídios foram todos dados por unanimidade. A Câmara Municipal pediu a todas as associações que enviassem o Plano de Actividades e Relatório do ano anterior para serem atribuídos o subsídios. De todas, apenas três ou quatro corresponderam ao pedido e a Câmara Municipal viu-se obrigada a que fosse o empirismo do Vereador da Cultura que conhece bem as Associações, a dizer quanto seria de atribuir a cada uma delas.

Terminada esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação o Relatório de Actividades e Conta de Gerência do Ano de 1996, tendo sido aprovados com quatro votos a favor, sete abstenções e dois votos contra.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para poder produzir efeitos imediatos.

O Senhor Deputado Carlos Viegas fez declaração de voto de tal como referira no início, uma vez que o Relatório e a Conta têm que ser votados em conjunto, votaria contra não pela Conta de Gerência, à qual nada tem a opor, mas sim em relação ao relatório de Actividades por contraponto ao Plano de Actividades para o ano de 1996, por não corresponder minimamente aquilo que foi proposto.

Dois - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

Para discussão deste ponto de ordem inscreveram-se os Senhores Deputados Carlos Viegas, Albino Cardoso, Novo de Matos e José Paulo Fraga.

O Senhor Deputado Carlos Viegas disse que dado a dúvida sobre a legalidade da remuneração auferida pelo Senhor Presidente da Câmara, e tendo em conta que o Partido Socialista utilizou este argumento já dois anos seguidos para não votar, a nível de Executivo, a Conta de Gerência e Relatório de Actividades, utilizou esse argumento, o Partido Popular vai pedir à Inspeção Geral de Finanças, entidade competente para o efeito, para se pronunciar sobre a matéria e, aproveitando, solicitará também esclarecimentos sobre verbas recebidas pelo anterior Presidente, da Caixa Geral de Depósitos. Não se compreende a posição do PS, ouvimos o Senhor Deputado Albino Cardoso dizer que não o movem animosidades contra ninguém, a verdade é que nada fazem para esclarecer. Pela parte do Partido Popular as coisas são frontais pelo que requererão à IGF no sentido anunciado do esclarecimento necessário.

O Senhor Deputado Albino Cardoso perguntou se havia novidades sobre o Provedor do Ambiente, sobre uma acta do Executivo, onde era dito que o Mercado Mensal tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

começado sem projecto. A obra da Entrada da Vila, na última parte que está a ser construída, parece-lhe estar a interferir com a capela. Junto ao Cemitério de São Marcos continuam a aluir. Há algum projecto para aquela local?

Disse ainda que o PS tinha feito um comunicado sobre a intervenção que a Câmara Municipal pretende levar a efeito no largo do Mercado Municipal, alertando para que não se venha a fazer uma obra de que pouco tempo depois nos venhamos a arrepender. Acha que a obra deveria ser discutida publicamente e a nível de Assembleia Municipal antes de ser executada.

O Senhor Deputado Novo de Matos referiu que não compreende porque é que o PS continua a insistir na questão da remuneração ao Senhor Presidente da Câmara. Referiu que essa questão já devia estar cabalmente esclarecida. Também perguntou em que situação estava o Provedor do Ambiente, agradeceu o facto da informação à Assembleia Municipal estar pela primeira vez datada e sobre ela perguntou sobre o Centro de Interpretação do Parque, se já havia lugar definido e onde se pretendia fazer o Museu Vivo dos Têxteis.

O Senhor Deputado José Paulo Fraga perguntou porque razão é que a Câmara Municipal não multou o empreiteiro da obra de Arranjo Urbanístico da Entrada da Vila pelos valores que eram propostos na informação da Divisão de Obras e o multou em cem mil escudos. Parece-lhe esta situação um incentivo a que o empreiteiro não conclua rapidamente a obra.

Sobre a empreitada de Abastecimento de Água a situação é idêntica mas mais grave pois a obra foi iniciada com mais de três meses de atraso e o ritmo a que decorre não parece ser o necessário para que ela esteja pronta e tempo e horas. A deliberação da Câmara Municipal em multar o empreiteiro caso a obra não seja concluída dentro do prazo, espera que venha a ser assumida na devida altura.

Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara se pronunciasse sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que sobre o Mercado Mensal, o facto de haver ou não haver projecto não era importante pois aquilo que se estava a fazer teria sempre que ser feito, ou seja, o arranjo dos muros de suporte e o nivelamento das terras. A restante intervenção será na altura em que tudo esteja pronto para se avançar. Sobre o Abastecimento de Água a obra esta a avançar não sendo para já possível dizer se vai ou não cumprir prazos. No tocante à Entrada da Vila, sobre a possível interferência com a capela pensa não haver problema até porque o projecto foi presente às autoridades eclesiais e estas concordaram com o que lhes foi proposto. Quanto à forma arquitectónica, é sempre discutível.

As terras do cemitério fazem parte do projecto da Entrada da Vila e estão nestes últimos dias a levar o tratamento necessário.

Quanto à Cobertura da Praça, foi proposta à equipe do PGU e esta achou que a ideia era boa, que ficaria bonito e mandou-se elaborar o projecto. O projecto inclui um aumento dos estacionamento, um campo das festas, velha aspiração desta terra, e por baixo ficará uma área disponível de 600m². Quanto à decisão, ela é da competência da Câmara Municipal e esta decidiu, com votos contra dos Vereadores do PS.

Quanto ao Centro de Interpretação do Parque, depois de abandonada a ideia de ser feito na Torre, pensou-se que em São Gabriel, aldeia de lanifícios provavelmente única em todo o país, que seria o local indicado pelo espaço disponível. Em São Gabriel será possível fazer um Centro de Interpretação condigno e com a magnitude desejada para o efeito e mais, como ainda há uma parte daquele complexo que está a funcionar, pensou-se em fazer um polo vivo do Museu dos Têxteis da UBI. Esteve cá a Senhora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Presidente do ICN, a CENEL, Fundo de Turismo, UBI e todos ficaram perfeitamente encantados com as potencialidades daquele local.

A ideia está a ganhar pernas, o Fundo de Turismo disse que a nível de dinheiro não há qualquer problema, portanto, tudo se parece conjugar para que o projecto avance rapidamente.

Quanto aos atrasos nas obras, como o Estado, Câmaras incluídas, eram e são considerados maus pagadores, a Câmara Municipal de Manteigas é uma excepção, os empreiteiros como não recebiam, iam atrasando as obras. Como as obras se atrasavam não lhas pagavam e criou-se um ciclo mais ou menos irracional nestes termos.

Como a solidez financeira das empresas desta zona não é a mais desejável e devido aos atrasos constantes de pagamentos, os empreiteiros vêm-se obrigados a fazer uma carteira de obras mais ou menos grande para conseguirem manter os postos de trabalho. Como uma obra é atrasada pelos motivos apontados, a outra que será executada a seguir começa evidentemente atrasada. A partir daqui o ciclo é vicioso.

O empreiteiro numa reunião que tivemos com ele disse-nos que nunca nenhuma Câmara o tinha chamado para o multar, mas já o tinham feito muitas vezes para lhe dizer que não lhe iriam pagar já porque estavam com dificuldades financeiras.

Concluimos então que a Câmara de Manteigas era um oásis no meio destas incongruências financeiras.

O problema é que com as dificuldades financeiras que as empresa têm, se as vamos multar nos devidos valores, estas vão à falência e depois temos aí um monte de pessoas desempregadas. Se as coisas estão difíceis e já temos pouca gente, se assim vamos fazer se calhar até essa se vai embora. Multou-se para se mostrar ao empreiteiro que está a prevaricar, mas, não queremos multar de forma a que depois sejamos acusados de destruir os poucos empregos que ainda vão por aqui aparecendo. Neste caso a construção também tem um papel social que é necessário ter em conta.

Sobre o Provedor do Ambiente, ultrapassado que foi o problema do Estatuto, pensou que se estaria em condições de dar posse ao Provedor.

No entanto, em reunião com o indigitado, foram apresentadas por este alguns pedidos que foram analisados em reunião de Executivo, tendo-se chegado à conclusão que não seria necessário levar por diante e para já os pedidos colocados pelo Senhor Provedor indigitado.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao indigitado, visto este encontrar-se na sala, se estava em condições de tomar posse ao que este respondeu que não, pois já havia conversado com o Provedor do Ambiente de Lisboa e tinha concluído que teriam que ser criadas condições mínimas, condições essas já apresentadas à Câmara Municipal, para que tomasse posse do cargo.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a conhecer as condições que o indigitado apresentou à Câmara Municipal e que se encontram em anexo a esta acta.

Após várias achegas sobre a eventualidade de não haver possibilidade orçamental da Câmara Municipal em cumprir estes pedidos, e de ser invocada a necessidade de tempo para se poder analisar o problema, o Senhor Presidente da Assembleia achou por bem que a discussão e posse do indigitado Senhor Provedor do Ambiente ficasse para uma próxima sessão desta Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Presidente da Assembleia pediu ainda ao Senhor Presidente da Câmara que orientasse e diligenciasse as conversações com o Senhor Provedor indigitado para se chegar a um consenso antes de ser presente à Assembleia Municipal.

Cerca da uma hora e vinte e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a Sessão, da qual vai ser lavrada a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada pelos Membros da Mesa.
